



## Auditório Ministro Dias Trindade reabre inteiramente reformado

O auditório desta Seccional foi reaberto no último dia 29/06, após reforma que durou vários meses. Uma placa comemorativa à data foi descerrada na ocasião pelo juiz federal Paulo Pimenta, ex-diretor do Foro, e pela servidora Isabel Cristina Lemos de Souza, diretora do NUASG.

As novas instalações do auditório tiveram diversas intervenções que o modernizaram e transformaram em um espaço mais confortável tanto no quesito da iluminação quanto no que se refere à acústica e ao conforto térmico. Também foi feita a adequação à ques-

tão da acessibilidade, com instalação de um elevador para cadeirantes.

O projeto da reforma foi desenvolvido pela equipe de Engenharia do NUASG tendo sido aproveitado da empresa Engenharia Engenharia o dimensionamento e as especificações do novo aparelho de ar condicionado do auditório.

Ressalte-se que o projeto elaborado pelo NUASG resultou em grande economia de recursos e viabilizou a execução da reforma, já que os créditos disponíveis não eram suficientes para a execução do projeto da Engenharia.

Na foto acima, o novo auditório lotado durante cerimônia de posse dos novos dirigentes do Foro, ocorrida na última quarta-feira, 1º/07.

Leia, no JFH da próxima segunda-feira, a matéria completa sobre a posse dos novos diretor e vice-diretor do Foro.

### Aniversariantes

**Hoje:** Patrícia Moraes de Menezes, diretora de Secretaria da 12ª Vara, Flávio Henrique de Oliveira Abreu (15ª Vara), Vanessa Jardim de Oliveira (21ª Vara) Raimundo Vieira Barros (NUCRE), Angemilson Santos Melo (9ª Vara), Heloísa Alves Pinto (Ilhéus), Jailton Souza Santos (Centaurus), Fábio José Chaves (3ª Vara) e Bianca de Almeida (ambos da 3ª Vara). **Amanhã:** Elizabete Góes Muniz (21ª Vara), Juliana Rafaela Araújo (NUCJU) e Kadja Cristina Teles (CAIXA). **Domingo:** Argilandes Carvalho Guedes (15ª Vara), Arimar dos Santos Oliveira (17ª Vara), Elise Dias Machado Lima (1ª Vara), Ingrid Oliveira Figueiredo (Paulo Afonso) e Michele Bacelar Pereira (21ª Vara). **Segunda-feira:** Ana Cláudia Oitaven Pamponet (3ª Vara), Ana Luíza de Carvalho (NUCJU), Gesmo Campos de Figueiredo (Eunápolis), Sandra Maria Almeida de Barros (19ª Vara), Anderson de Almeida Vieira (Guanambi) e Renata Tavares de Alcântara (4ª Vara).

**Parabéns!!!**

**EXPEDIENTE** ► **Coordenação-Geral:** Direção do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia. **Supervisão, redação, revisão, fotos e distribuição:** SECOS. **Diagramação e Impressão:** SETEDI. **Tiragem:** 62 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Fax:** (71) 3617-2711. **Endereço:** Av. Ulisses Guimarães, 2631 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** www.ba.trf1.gov.br. **E-mail:** jfh@ba.trf1.gov.br.

## Terceirizados têm palestra sobre Direito do Trabalho

Mais uma palestra foi realizada como parte do Ciclo de Palestra para Terceirizados na nossa Seção Judiciária. Desta vez o tema foi *Direito do Trabalho: Direitos e Deveres* que aconteceu em no último dia 30, na sala de Treinamento.

E como era de se esperar, o tema atraiu tanta gente que a sala ficou superlotada ao ponto de faltarem cadeiras para todos os terceirizados, sendo necessário buscá-las em outras salas.

O palestrante, Dr. Ivo Daniel Povoas de Souza, juiz do Trabalho da 14ª Vara da 5ª Região, foi extremamente didático e demonstrou muita simpatia, respondendo a diversas perguntas da platéia.

O palestrante, que é também professor da Faculdade Dom Pedro II, agradeceu a presença de todos e a oportunidade de poder socializar informações tão importantes com o auditório. Afirmou estar surpreso com o número de presente na sala.

O palestrante fez uma explanação sobre os direitos dos trabalhadores celetistas, abordando assuntos relativos à carteira de trabalho, exames médicos admissionais e demissionais, jornada de trabalho, férias, licenças médicas, licença paternidade, licença maternidade, horas extras, 13º salário, rescisão contratual e outros temas apontados pelos ouvintes.

Após a apresentação dos direitos dos empregados Dr. Ivo enfatizou os deveres



dos empregados para com os seus empregadores, abordando temas relativo à pontualidade, cordialidade, colaboração e sigilo profissional.

Ao final da palestra, deixou uma breve mensagem aos ouvintes: *“O trabalho é um bem, o trabalhador tem direito ao trabalho, desejo que o trabalho de vocês exercido aqui dentro da Justiça Federal seja um incentivo ao crescimento pessoal e intelectual de cada um, se espelhem nas pessoas que começaram do menor degrau, mas venceram os obstáculos. Com a aquisição do conhecimento que vocês forem adquirindo e crescendo profissionalmente um dia vocês possam ser meus alunos na Faculdade”*.

O palestrante agradeceu a todos, colocando-se à disposição para outros momentos como este, tendo sido aplaudido e cumprimentado pelos que ali receberam as informações.

Após o término da palestra, alguns funcionários da Empresa Delta, permaneceram no local tirando dúvidas acerca de direitos trabalhistas. Dr. Ivo Souza atendeu a todos, não deixando qualquer pergunta sem resposta.

## Tribunais buscam agilizar julgamentos na Justiça Federal

Superar os gargalos que ainda continuam congestionando a Justiça Federal para atingir a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça de modo a serem julgados, até o fim deste ano, todos os processos ajuizados até dezembro de 2005. Foi este o objetivo de uma reunião entre o presidente do STJ, ministro Gilmar Mendes, os presidentes dos cinco Tribunais Regionais Federais, o corregedor geral da Justiça Federal e o corregedor nacional de Justiça, ministro do STJ, Gilson Dipp, no último dia 29.

Segundo o presidente do STJ, caberá a cada presidente de TRF verificar esses gargalos. Por exemplo, segundo Gilson Dipp, há varas que estão com poucos processos, enquanto outras estão congestionadas. Também inexistem varas especializadas no juizado especial. Por outro lado, há necessidade de se modificar a competência de algumas varas.

*“Nós temos que verificar, também, os números de juizes convocados para os Tribunais em detrimento do primeiro grau”*, observou o corregedor geral. *“Temos que verificar, também, o que acontece com gabinetes de desembargadores que têm o quádruplo de processos que tem um desembargador do mesmo tribunal, com a mesma competência”*. Ainda segundo ele, há congestionamento, também, em algumas turmas recursais. *“Enfim, são uma série de fatores que, se nós fôssemos pontuar, faríamos uma relação imensa de problemas que já são conhecidos da população e, principalmente, dos órgãos diretivos dos tribunais”*, acrescentou.

Segundo o ministro Gilson Dipp, o cumprimento da meta, traçada pelo CNJ implica a realização de mutirões, no que diz respeito aos juizados especiais; uniformização de dados de infor-

mática; procedimentos de gestão que envolvem, além da verificação de quais gabinetes de desembargadores estão congestionados, também um exame do grau de congestionamento do primeiro grau e dos motivos dessa ocorrência.

*“Nós temos uma série de problemas relativos à estrutura da Justiça Federal. Temos ainda, por exemplo, processos nos TRFs que são de competência delegada, ou seja, ações previdenciárias de execução fiscal contra a União ajuizadas na Justiça de 1º grau estadual, por força da Constituição, por força de lei”*, disse Gilson Dipp.

Segundo ele, esses processos ainda estão represados em grau de recurso, em grau de apelação: *“Vamos trabalhar juntos com os tribunais, como fizeram os tribunais do trabalho e, agora, com os Tribunais de Justiça”*.